

E AGORA, BRASIL?

Especialistas avaliam que se o presidente continuar derretendo nas pesquisas de intenção de voto, Centrão vai debandar do governo, em nome das eleições de outubro

De mãos dadas com Bolsonaro, por ora

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) só se mantém no cargo por causa do Centrão. Essa é a análise feita por especialistas, políticos e pela sociedade em geral. Mesmo com o negacionismo do chefe do Executivo em relação à covid-19 — causa de mais de 600 mil mortes no país —, o descaso com a política ambiental e os ataques à democracia, nenhum dos 143 pedidos de impeachment contra ele prosperou na Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é aliado de Bolsonaro e um dos caciques do bloco partidário, que não tem ideologia definida e costuma apoiar o governo de plantão.

Acima de tudo, parlamentares do Centrão buscam se perpetuar no Congresso, com seguidos mandatos, o que garante, além de polpidos rendimentos, status político e foro privilegiado. Para garantir mais benesses, são apoiadores de ocasião de qualquer governo. Na gestão Bolsonaro, o bloco ganhou ainda mais poder, pois o presidente **enfraquecido** e alvo de tantos pedidos de impeachment abre os cofres para manter a base de sustentação.

Esse é um modus operandi já conhecido na política brasileira. Era contra ele que Bolsonaro prometia agir quando era candidato à Presidência da República. Na campanha, disse que acabaria com a “velha política” e se referiu ao grupo como “a nata do que há de pior no Brasil”.

“Faz parte do jogo democrático. A oposição se beneficia em criticar e em bater, e quem está na base tem de levar obras, levar benefício, infelizmente, é assim”, pontua um parlamentar do Centrão ao **Correio**, reservadamente. Neste ano eleitoral, o “jogo” tende a se acentuar. O Congresso aprovou R\$ 16,5 bilhões para as chamadas emendas do relator, as RP9, que distribuem verbas do orçamento secreto. Ao contrário das emendas individuais e de bancadas, essas emendas dificultam a fiscalização das verbas públicas, por não serem administradas de forma transparente. As negociações em torno das RP9 são feitas de maneira informal entre a cúpula do Congresso e um seleto grupo de parlamentares aliados.

Com o orçamento secreto nas mãos, o Centrão tem todo o poder. Neste início de ano, a tendência, segundo parlamentares ouvidos pelo **Correio**, é de que mesmo os partidos da base que são mais fisiológicos permaneçam com o governo, extraindo dele tudo o que for possível e, em meados de abril, arrumem motivos para deixar Bolsonaro. Essa data deve coincidir com o início das pré-campanhas para as eleições gerais.

Agora no PL, de Valdemar Costa Neto, Bolsonaro conta — pelo menos por enquanto — com o apoio do PP de Arthur Lira e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), também cacique do Centrão. O político piauiense era presidente do partido e senador em exercício quando assumiu o cargo no governo. Na ocasião, mirava sair a candidato a governador do Piauí, mas interlocutores dizem que ele, agora, tem outros planos, inclusive, aliança com o PT de Lula.

Erro

Nos bastidores, integrantes do PP acreditam que Bolsonaro cometeu um erro ao não ir para o partido, já que a sigla tem mais prefeitos e vereadores do que o PL e seus principais expoentes estão na Presidência da Câmara e na chefia da Casa Civil. Já uma vertente de

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



ARTHUR LIRA (PP-AL)

» Presidente da Câmara e braço de Bolsonaro no Congresso. Um dos nomes mais influentes e poderosos do Centrão, é responsável por “tratar” os ritos regimentais com o objetivo de aprovar matérias de interesse do governo e do próprio grupo político.

Isac Nóbrega/PR



CIRO NOGUEIRA (PP-PI)

» É ministro da Casa Civil, cargo a que foi nomeado para ser o representante do Centrão dentro do governo. Senador fora de exercício, tem sido responsável por articulações importantes e por apagar “incêndios” institucionais.

Breno Fortes/CB/D.A Press



VALDEMAR COSTA NETO (PL)

» É presidente do partido ao qual Bolsonaro se filiou para concorrer à reeleição. Um dos políticos mais influentes do Centrão, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do mensalão, a sete anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Preso em 2013, ele passou a cumprir prisão domiciliar em 2014. Dois anos depois, em 2016, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, concedeu perdão da pena e determinou a soltura do político.

Pior índice de avaliação

Pesquisa Datafolha, divulgada em 17 de dezembro, mostrou que o presidente Jair Bolsonaro mantém o pior índice de avaliação do seu governo: 53% consideram a gestão dele ruim ou péssima, contra 22% que avaliam como ótima ou boa. Também em levantamento do instituto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceria a eleição em primeiro turno, com 48% dos votos. Bolsonaro teria 22%.

parlamentares demonstrou alívio, pois temia que a associação com um presidente impopular poderia comprometer sua reeleição.

Com a aparente “falta de consideração” de Bolsonaro pelo PP, as coisas podem azedar rapidamente. “Quando um carro

começa a dar sinal, mostra luz de óleo, temos de mudar de postura. Essa sinalização do partido em eventos regionais, apoiando PT ou o PSDB, vejo como um sinal de alerta (para o chefe do Executivo)”, disse um parlamentar ouvido pela reportagem. Outro grande erro de Bolsonaro, na avaliação do mesmo político, foi ter dado atenção demais à ideologia e de menos à boa política, já que isso prejudicou, inclusive, as relações comerciais do Brasil com outros países, como foi o caso da China.

“A situação do Brasil, neste governo Bolsonaro, está ruim: desemprego alto, recuo de investimentos. Estão todos receosos. O Centrão deve abandonar o governo já neste primeiro semestre. Muita gente quer ver o que vai acontecer com o PL. Bolsonaro vai tentar impedir a coligação de aliados da legenda em alguns estados”, afirma David Fleischer, cientista político da Universidade de Brasília (UnB). Para o especialista, a única coisa que pode enfraquecer o Centrão é uma mudança no sistema eleitoral, com a proibição de coligações e redução do número de partidos.

Já o cientista político André Rosa vê grandes chances de uma renovação do Congresso Nacional, que resulte em um Parlamento mais progressista, a depender do desempenho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições. O petista lidera todas as pesquisas de intenção de voto, algumas, inclusive, apontam vitória dele no primeiro turno.

“Imaginando que teremos uma renovação grande se Lula se mantiver tão à frente nas pesquisas. É tendência de que a formação do Congresso acompanhe a formação do presidente da República. Lula, se for eleito, traz um novo espectro ideológico ao Congresso”, destaca.

Conta alta

Enquanto a distribuição de emendas e o gasto descontrolado forem a principal estratégia para a reeleição e a compra de apoio político, as contas da União e, consequentemente, a economia, estarão prejudicadas. Para Nelson Marconi — coordenador do Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo —, a grave situação fiscal que o Estado enfrenta hoje é, em parte, culpa dos esforços desperdiçados de Bolsonaro para se reeleger.

“Esse comportamento mostra que não há compromisso, que a situação fiscal continua comprometida. Em vez de buscar melhorar a situação fiscal, ele está muito mais preocupado em comprar esse apoio do Congresso. Então, não é salutar do ponto de vista fiscal”, frisa. “Para qualquer pessoa, investidor externo ou interno, está nítido que o governo abriu mão daquele suposto discurso de austeridade fiscal para comprar apoio. Isso mina a credibilidade das contas públicas.”

Neste último ano de governo, portanto, há o risco de, com a aprovação da PEC dos Precatórios — que abriu espaço fiscal de mais de R\$ 110 bilhões no Orçamento para despesas sociais —, a ganância dê o tom, visando a reeleição. “Essa é a tentativa clássica de tentar recuperar apoio. Ele (Bolsonaro) só veio fazer esse gasto social no último ano do governo. O ano é propício para o descontrolado das despesas. Numa situação de quadro pior de política monetária, vamos ter um cenário contraditório no governo. De um lado, o Banco Central aumenta juros, de outro, o Executivo aumenta gastos”, enfatiza Marconi.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro começa o ano em guerra com a burocracia

Falsas ideias sobre a guerra aberta que se instalou no governo entre o presidente Jair Bolsonaro e a alta burocracia federal. Uma é de que estaria prestando um serviço à sociedade ao dismantlar órgãos e instituições que, supostamente, seriam um entrave à economia e à liberdade dos cidadãos, na linha das ideias ultraliberais do “Estado mínimo”; a outra, de que opera uma política para liquidar ou enfraquecer redutos, supostamente, “comunistas”, ao operar a cooptação de setores que seriam vitais para a reprodução de seu projeto de poder. O resultado dessa guerra é um tiro no próprio pé, pois anula, com grande antecipação, a vantagem estratégica que todo governante teria quando disputa a reeleição: a capacidade de implementar políticas públicas bem-sucedidas em razão do controle do governo.

Na teoria, a burocracia tem os seguintes pressupostos: legalidade das normas, comunicação formal, impessoalidade no relacionamento, divisão de trabalho, hierarquia da autoridade, rotinas e procedimentos, competência técnica e mérito, especialização, profissionalismo, previsibilidade. Isso vale para qualquer burocracia, em qualquer lugar do mundo onde existe um Estado organizado e legalmente constituído. Quando isso não acontece, como no governo Bolsonaro, as políticas públicas acabam bloqueadas e a ação do governo não chega a bom termo. Em razão da Constituição de 1988, temos um Estado ampliado, com divisão entre poderes e caráter federativo tripartite, cujo bom funcionamento depende do respeito a esses pressupostos.

Desde o começo do mandato, Bolsonaro revelou má vontade e incapacidade de lidar com a complexidade do Estado brasileiro. Num primeiro momento, atuou para dismantlar as políticas públicas e enfraquecer os órgãos de controle e fiscalização na área ambiental, bem como desorganizar e impor paradigmas reacionários à política cultural e de direitos humanos. A agenda é voltada para sua mais resiliente base eleitoral, como pecuaristas, grileiros, madeireiros e garimpeiros, na área ambiental; setores conservadores da sociedade, sobretudo evangélicos, na área cultural; e o pessoal adepto da truculência e da justiça pelas próprias mãos, quanto aos direitos humanos.

O problema de Bolsonaro, porém, é que essa política põs abaixo os índices de aprovação do Executivo e sua própria imagem como governante. Voltou-se contra as principais atividades-fim do governo na área social, no caso, a saúde pública e a educação, com resultados desastrosos, em todos os sentidos. Como são áreas que operam num sistema tripartite, ou seja, em grande parte controladas por estados e municípios, além da reação natural desses entes federados, houve forte reação das corporações da área, sobretudo da Saúde, em razão da pandemia da covid 19, com seu saldo de 619 mil mortos até agora.

Greve geral

O controle da burocracia, geralmente, depende de ideologia e cooptação. No primeiro caso, 37 anos após a redemocratização, temos uma burocracia permanente constituída por mérito, por meio de concurso público, e formada nos cânones modernos da administração pública, ou seja, com concepções democráticas, que antipatiza com as ideias reacionárias da maioria dos ministros e de outros integrantes da equipe de Bolsonaro, muitos dos quais despreparados para a ocupação dos respectivos cargos. No segundo, que se caracteriza pela absorção de novos elementos nas esferas de decisão governamentais, as opções de Bolsonaro foram a militarização do governo e a promoção de indivíduos alinhados ideologicamente aos cargos de chefia. Um exemplo é o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino. Bolsonaro tenta transformar a Polícia Federal em polícia política (é judiciária).

Entretanto, não é fácil operar uma política de cooptação. Vimos isso no Inep, na Anvisa, no Ibama, na Capes, no Inpe e, agora, na Receita Federal. No caso da Polícia Federal, a saída foi um aumento privilegiado de salários para todos os policiais federais, no Orçamento da União de 2022, porém, sem reajustes às demais categorias, com salários congelados há cinco anos. O resultado é uma rebelião na burocracia federal, que começou com os auditores fiscais e pode se estender às demais carreiras, com uma greve geral.

NÃO É FÁCIL OPERAR UMA POLÍTICA DE COOPTAÇÃO. VIMOS ISSO NO INEP, NA ANVISA, NO IBAMA, NA CAPES, NO INPE E, AGORA, NA RECEITA FEDERAL. SERVIDORES AMEAÇAM PARAR